

ESTATUTO DA VERDADE: ENSAIO SOBRE A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA VERDADE BÍBLICA

Vanderlei Dorneles¹

Resumo

O conceito de verdade tem sido desafiado nas culturas contemporâneas, ao ponto de a noção de um corpo de verdades absolutas possíveis de serem conhecidas pela investigação humana necessitar de defesa. Da perspectiva bíblica, a verdade é revelada por Deus e acessível aos seres humanos mediante a iluminação do Espírito que guia a uma experiência progressiva de conhecimento e vivência. Diferentemente da cultura grega, as Escrituras sagradas da tradição judaico-cristã evidenciam uma percepção da verdade conectada com a revelação e a fidelidade de Deus. Essa verdade divinamente revelada encontra sua expressão maior e personificação em Cristo, que reivindica ser a própria verdade. Conhecida e experimentada, a verdade de Cristo produz liberdade e renovação da vida. No entanto, a explicação da verdade própria de uma geração pode se converter em mera tradição humana para as gerações posteriores perdendo seu poder restaurador. Nessa perspectiva, uma experiência de crescimento individual, progressivo e contextualizado se evidencia como condição para a permanência na verdade.

Palavras-chave: Verdade; pesquisa; universidade; conhecimento.

Editores científicos: **Flavio Prestes Neto e Eduardo Rueda Neto**

Organização: Comitê Científico

Double Blind Review pelo SEER/OJS

Recebido: 18/09/2025

Aprovado: 03/11/2025

Como citar: DORNELES, V. Estatuto da Verdade: ensaio sobre a necessidade de aprofundamento e contextualização da verdade bíblica. **Kerygma**, Engenheiro Coelho, v. 20, n. 1, p. 01-19, e2005, 2025. DOI: <https://10.19141/1809-2454.kerygma.v20.n1.pe2005>

¹ Doutor em Ciências da Religião, pela Universidade Metodista de São Paulo, e em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo; mestre em Comunicação Social, pela Universidade Metodista de São Paulo; graduado em Teologia, pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, e em Comunicação Social, pela Universidade de Sorocaba. E-mail: vanderlei.dorneles@unasp.edu.br



STATUTE OF TRUTH: ESSAY ON THE NEED FOR DEEPENING AND CONTEXTUALIZATION OF BIBLICAL TRUTH

Abstract

The concept of truth has been challenged in contemporary cultures to the point that the notion of a body of absolute truths, capable of being known through human investigation, requires defense. From a biblical perspective, truth is revealed by God and made accessible to human beings through the illumination of the Spirit, which leads to a progressive experience of knowledge and practice. Unlike Greek culture, the sacred Scriptures of the Judeo-Christian tradition reveal an understanding of truth that is connected with God's revelation and faithfulness. This divinely revealed truth finds its greatest expression and embodiment in Christ, who claims to be the very truth. Known and experienced, the truth of Christ produces freedom and renewal of life. However, the explanation of truth given by one generation may become mere human tradition for later generations, thereby losing its restorative power. From this perspective, an experience of individual, progressive, and contextualized growth is revealed as a condition for remaining in the truth.

Keywords: Truth; research; university; knowledge.

ESTATUTO DE LA VERDAD: ENSAYO SOBRE LA NECESIDAD DE PROFUNDIZACIÓN Y CONTEXTUALIZACIÓN DE LA VERDAD BÍBLICA

Resumen

El concepto de verdad ha sido desafiado en las culturas contemporáneas, al punto de que la noción de un cuerpo de verdades absolutas, posibles de ser conocidas mediante la investigación humana, necesita defensa. Desde la perspectiva bíblica, la verdad es revelada por Dios y accesible a los seres humanos mediante la iluminación del Espíritu, que conduce a una experiencia progresiva de conocimiento y vivencia. A diferencia de la cultura griega, las Sagradas Escrituras de la tradición judeocristiana evidencian una percepción de la verdad conectada con la revelación y la fidelidad de Dios. Esa verdad divinamente revelada encuentra su mayor expresión y personificación en Cristo, quien reivindica ser la misma verdad. Conocida y experimentada, la verdad de Cristo produce libertad y renovación de vida. Sin embargo, la explicación de la verdad propia de una generación puede convertirse en mera tradición humana para las generaciones posteriores, perdiendo así su poder restaurador. Desde esta perspectiva, una experiencia de crecimiento individual, progresivo y contextualizado se evidencia como condición para la permanencia en la verdad.

Palabras clave: Verdad; investigación; universidad; conocimiento.



INTRODUÇÃO

A cultura do contexto tecnológico ou pós-moderno traz grandes desafios ao conceito de verdade, inclusive nos círculos religiosos. Mesmo nas comunidades cristãs mais tradicionais há sinais de questionamento e mesmo de rejeição ao conceito de verdade absoluta e universal. O fato de os cristãos desconfiarem da possibilidade de se conhecer e vivenciar a verdade enfraquece a igreja cristã e sua missão no mundo.

Uma pesquisa, do Pew Forum on Religion and Public Life, com mais de 35 mil americanos, mostrou que, já em 2008, dentro das principais igrejas protestantes, 83% afirmavam que “muitas religiões podem levar à vida eterna”. Mesmo entre os evangélicos considerados conservadores, 57% concordaram com essa premissa (Buchanan, 2008, p. 7).

Os principais grupos cristãos, incluindo aqueles que consideram a Bíblia como o relato da revelação divina, também enfrentam a realidade de comunidades em que uma parcela se diz conservadora e outra, progressista. Há os que defendem liturgias e expressões culturais de estilo tradicional e os que advogam os estilos populares. Há os que defendem uma missão cristã como proclamação específica da verdade bíblica e profética, e os que enfatizam uma versão não proselitista da missão, o papel social da igreja e missões cristãs compartilhadas. Há os que veem as religiões mundiais como formas de paganismo, e os que enxergam algum tipo de revelação divina em todas as religiões. Há missiólogos protestantes que defendem que Deus é o mesmo em todas as religiões, somente com diferentes nomes. E há aqueles que entendem a missão como uma troca de verdades entre as diferentes religiões (cf. Dorneles, 2014). Para estes, evangelizar se resume a um diálogo interreligioso e troca de experiências culturais.

Onde quer que haja uma ala liberal e outra conservadora, ali se instalou o relativismo pós-moderno (cf. Vanhoozer, 2003). Assim estava Jerusalém no tempo de Cristo: havia os fariseus e os saduceus, mais tarde os de Hilel e os de Shamai (Wylen, 1996).

Nesse contexto também relativista do primeiro século, Jesus afirmou a Pilatos que viera ao mundo para “dar testemunho da verdade” (Jo 17:38), ao que Pilatos cinicamente indagou: “Que é a verdade?” (v. 39). O governador romano tinha em mente noções abstratas e conceitos teóricos de natureza relativista próprios do helenismo de seu tempo (cf. Bultmann, 1976, p. 656).



Este ensaio reflete sobre o que é a verdade bíblica, e as possibilidades de que seja conhecida e mantida. Abre espaço para discutir o conceito de verdade no evangelho de João, de onde vem o relato de Pilatos. Ao final propõe a discussão sobre a necessidade de constante e progressivo conhecimento por meio de uma abordagem contextualizada da verdade.

O ESTATUTO DA VERDADE BÍBLICA

Na filosofia grega, a palavra *alētheia* [verdade] indicava o “ser verdadeiro” em contraste com os fenômenos do mundo que somente pareciam ser. Platão entendia esse “ser verdadeiro” como próprio do “mundo das ideias”, que seria imutável e imperecível, mas escondido aos sentidos e compreendido somente por meio do pensamento abstrato dos filósofos. Nessa perspectiva, *alētheia* tem o sentido de “realidade verdadeira e genuína”, algo pertencente ao domínio da metafísica. No pensamento platônico, a única coisa que de fato é *alētēs* [verdadeiro] é o que sempre é, o ser divino (Bultmann, 2006, p. 239-240).

Desta forma, da perspectiva do platonismo, os gregos tendiam a pensar em “verdade” como um conceito abstrato ou teórico pertencente a uma dimensão não histórica e atemporal. Em contraste, a mentalidade hebraica do Antigo Testamento e dos judeus do tempo de Cristo em geral considerava a “verdade” como uma realidade apoiada na revelação e na fidelidade de Deus (cf. Sl 31:5; Is 65:16).

A palavra hebraica *’emeth*, derivada da raiz *amin* [“ser firme”, “certo”], de onde vem “amém”, ocorre 126 vezes no Antigo Testamento (AT). Ela também denota uma “realidade” considerada “firme”, “sólida” e, por isso, válida e permanente (Köstenberger, 2005, p. 35). Significa ainda o que é “verdadeiro” e “factual” em termos de palavras, ações e pensamento e que pode ser confirmado por investigação, como em Deuteronômio 13:14: “Então, inquirirás, investigarás e, com diligência, perguntarás; e eis que, se for verdade e certo que tal abominação se cometeu [...]”.

A versão grega (LXX) do AT traduz o substantivo hebraico *’emeth*, na maioria das vezes (87 vezes), por *alētheia* (Quell, 2006, p. 232). No entanto, o fato de a LXX também utilizar *pistis* [fé] e *dicaiosyne* [justiça] para traduzir *’emeth* indica que *alētheia* [verdade] e *’emeth* não são sempre coincidentes. Mesmo assim, *alētheia* pode ser entendida como *’emeth* no sentido hebraico de “veracidade” ou “confiabilidade” (Bultmann, 2006, p. 239). Ao traduzir *’emeth* nesses casos, *alētheia*



indica o que “factual”, “confirmado” e “verdadeiro”, algo que os seres humanos podem investigar, examinar e provar (Quell, 2006, p. 232-233).

O Novo Testamento (NT) emprega a palavra grega *alētheia* [verdade] 105 vezes. O uso desta palavra no NT é influenciado pela noção hebraica de *’emeth* bem como pelo uso de *alētheia* na cultura grega e helênica.

No NT, a palavra *alētheia* apresenta diversas nuances. Pode ser uma “declaração verdadeira”, como em Atos 26:25: “Paulo, porém, respondeu: Não estou louco, ó excelentíssimo Festo! Pelo contrário, digo palavras de verdade e de bom senso.” Também designa o “ensino verdadeiro” ou a “fé”, como em 2 Coríntios 13:8: “Porque nada podemos contra a verdade, senão em favor da própria verdade” (como também se usa *’emeth* em Dn 8:12; cf. 1Pe 1:22). Ou ainda algo “certo e firme”, como em Efésios 4:20-21: “Mas não foi assim que aprendestes a Cristo, se é que, de fato, o tendes ouvido e nele fostes instruídos, segundo é a verdade em Jesus.”

Além disso, a palavra *alētheia* também designa a “revelação” ou a “pessoa divina”, como ocorre no evangelho de João. Como “revelação”, *alētheia* é algo acessível ao conhecimento humano (Jo 8:32; 2Jo 1), diferentemente do que ocorre na cultura grega (cf. Bultmann, 2006, p. 242-245).

A VERDADE NO EVANGELHO DE JOÃO

No evangelho de João o conceito de verdade exerce uma importante função. Ele designa a pessoa de Jesus e a experiência de vida espiritual resultante da relação com ele como o Messias. A importância da “verdade” é sublinhada em João com as 48 ocorrências do grupo de palavras derivadas de *alēth*, em comparação com um total combinado de 10 ocorrências nos evangelhos sinópticos.

Seria, entretanto, equivocado tomar *alētheia*, em João, no sentido geral ou formal de “conhecimento”, algo somente cognitivo, ainda que esse conhecimento seja oriundo da revelação divina. O que João comunica com essa palavra não é algo sobre o conhecimento em geral, mas o conhecimento da revelação no evento messiânico. A vida de *eleuteria* [liberdade] que resulta de conhecer *alētheia* [a verdade], nesse evento, não indica a liberdade da mente humana, mas “liberdade do pecado” (Jo 8:34). Nesse sentido *alētheia* não pode ser separada da “pessoa de Jesus nem dos eventos salvíficos” cumpridos por meio de sua vida, morte e ressurreição (Bultmann, 2006, p. 246).



Diante disso, entende-se que o substantivo grego *alētheia* também se alinha com as ideias de “integridade ou fidelidade à aliança” no contexto do evento do Messias (Keener, 2003, p. 418; cf. Smith, 1995, p. 16-17). Isso é especialmente visto na “revelação” de Deus por meio do Filho. “A realidade e a verdade de Deus estão encarnadas em Jesus Cristo, que incorpora a vida indestrutível do Deus eterno” (Milne, 1993, p. 211).

Nesse sentido, um exame do evangelho de João indica que “verdade” não é apenas uma noção “teológica”, porém “mais precisamente, um conceito cristológico” (Köstenberger, 2005, p. 35). De fato, o uso que João faz do vocabulário da verdade é complexo e, mesmo assim, reflete uma mentalidade distintamente hebraica (Thiselton, 1986, p. 889).

Isso é visto no uso repetido que João faz do substantivo grego *alētheia* associado à obra de Cristo, começando com o Prólogo do evangelho (1:1-18). O prólogo é a porta de entrada para os temas abordados no evangelho, que se divide em duas partes bem definidas: (1) o Verbo/Verdade e o mundo (Jo 2-12); e (2) o Verbo/Verdade e seus seguidores (Jo 13-21). O trecho de João 1:11-12 provê uma espécie de visão panorâmica para os relatos do evangelho: “Veio para o que era seu, e os seus não o receberam. Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no seu nome”. Nesta perspectiva, Jesus tem um contato com o mundo em geral, que não o recebe nem crê em suas palavras (Jo 2-12); seguido de um tempo reservado com os que creem e se tornam seus seguidores (13-21).

De fato, o tema da verdade é crucial para João, tanto no evangelho quanto nas cartas. A forma substantiva de “verdade” [*alētheia*] ocorre 105 vezes no NT, sendo 45 nos escritos joaninos e 47 nos paulinos. São 25 vezes no evangelho (cf. 1:14, 17; 3:21; 4:23, 24; 5:33; 8:32 [2x], 40, 44 [2x], 45, 46; 14:6, 17; 15:26; 16:7, 13 [2x]; 17:17 [2x], 19; 18:37 [2x], 38), 9 vezes em 1 João, 5 vezes em 2 João, e 6 vezes em 3 João. A primeira introdução ao termo no evangelho ocorre em João 1:14, 17.

O LOGOS E A VERDADE: JOÃO 1:14, 17

João inicia seu relato do evangelho com uma alusão a Gênesis 1, destacando a identidade de Cristo com Deus (Jo 1:1: “No princípio era o Verbo”). Em seguida, em 1:14, ele afirma que o Logos [palavra] que veio ao mundo e habitou com a



humanidade é “cheio de graça e verdade” [*plēres cháritos kai alētheias*], possível alusão a Êx 34:6, que diz que Yahweh é “grande em misericórdia [*chesed*] e fidelidade [*‘emeth*]” (cf. Bruce, 1987, p. 47). Então, em 1:17, João afirma que “a graça e a verdade” vieram por meio de Jesus Cristo, enquanto a lei foi dada por intermédio de Moisés. Desta forma, nas duas primeiras ocorrências do termo *alētheia*, a “verdade” está relacionada diretamente a Jesus Cristo, o Verbo encarnado.

A natureza superlativa da verdade é destacada pela declaração em João 1:14 de que o Messias é cheio de “graça” [*charis*] e “verdade” [*alētheia*]. Em 1:14, o uso de *alētheia* em referência ao Filho indica que Ele é a personificação completa e a manifestação perfeita da “verdade” como “realidade divina”, especialmente conforme comunicada por suas palavras e ações (Hübner, 1990, p. 59). Em João, a “Verdade” ensina, instrui e esclarece toda a vontade de Deus. Peder Borgen (1983, p. 104) chega a afirmar que João usa uma “terminologia que normalmente pertence à Torá”, sugerindo transferir “a função da Torá para Jesus”, ou reconhecer Jesus como a personificação da Torá.

Nesse sentido, a Torá [Lei], que é a mesma verdade (Sl 119:142), foi dada por Deus através de Moisés. Mas Jesus vem como a Torá viva. Por isso, ele afirma em João 5:46-47: “Porque, se, de fato, crêsseis em Moisés, também crerieis em mim; porquanto ele escreveu a meu respeito. Se, porém, não credes nos seus escritos, como creereis nas minhas palavras?”

Por isso, João inicia seu evangelho com uma alusão a Gênesis 1:1: “No princípio era o Verbo”. Ao afirmar que “todas as coisas foram feitas por ele”, João estabelece que o Deus criador e doador da Lei no AT é o próprio Jesus. Desta forma, não há descontinuidade entre a Lei e o Evangelho, mas continuidade (Stiles, 2016). Nesse sentido, a Lei é a fala de Deus aos homens por intermédio de um mediador humano que é Moisés. Mas Cristo é a verdade personificada, o próprio Deus entre os homens.

A VERDADE E A LIBERDADE: JOÃO 8:30-47

O relato de João 8:30-47 exemplifica a dinâmica de confronto entre Jesus e seus interlocutores judeus. O Mestre sustentou que, como o Messias, ele é o epítome



e emissário da verdade — especialmente ao revelar o Pai e elucidar sua vontade (cf. Bruce, 1987, p. 174).

O resultado do ensino de Jesus até esse momento de seu ministério é que “muitos creram nele” (Jo 8:30). A esses, ele afirma que, se permanecerem na sua “Palavra”, serão de fato seus seguidores e conhecerão a “verdade” e, por ela, serão libertados (v. 31, 32), ao que os judeus que não creram reagem: “Somos descendência de Abraão e jamais fomos escravos de alguém; como dizes tu: Sereis livres?” (v. 33). Jesus deixa claro que a liberdade em questão não é para fazer o que se deseja, mas liberdade de “não ser controlado pelo poder do pecado” e então ter poder para “fazer o que Deus quer” (Milne, 1993, p. 134).

Nesse texto, João contrasta dois grupos: (1) os que não creem na verdade e permanecem escravos; e (2) os que creem na verdade e são libertados. Nessa perspectiva, ambos os grupos estavam escravos até ouvirem a verdade que Jesus ensina. No entanto, como os judeus enquanto povo de Deus poderiam viver na condição de escravidão, se foram libertados por Deus no passado?

De fato, a condição de liberdade já estava ofertada aos filhos de Israel. A Páscoa e o Jubileu eram celebrações da liberdade do jugo egípcio que era tanto civil quanto espiritual. Craig S. Keener (2003, p. 750) explica que “os textos judaicos falam da Torá trazendo liberdade, seja das preocupações mundanas, da servidão nacional ou da escravidão no mundo vindouro” (cf. Gen Rab. 92:1; Num Rab. 10:8). Além disso, “o Antigo Testamento descreve o êxodo como um ato poderoso de Deus para libertar um povo escravizado” do ponto de vista econômico, social e espiritual (McCaulley, 2014; cf. Êx 12:51). No posterior exílio babilônico, Deus agiu novamente para libertar seu povo do cativeiro (cf. Is 43:16-21).

Na proclamação da aliança, no Sinai, Deus afirma que, se Israel “diligentemente” ouvir a sua Palavra e guardar a aliança, então, eles serão sua “propriedade peculiar” dentre todos os povos (Êx 19:5-6). A condição de ser propriedade de Deus é mencionada em contraste com a escravidão e posse sob o poder egípcio. Mais tarde, o ano do Jubileu é prescrito como ocasião de libertação de dívidas e de qualquer tipo de servidão, quando seria proclamada “liberdade na terra a todos os seus moradores” (Lv 25:9-10). Desta forma, a liberdade resulta da aliança pela qual Israel passa a ser propriedade divina (cf. Goldingay, 2009, p. 411).



A questão, neste contexto, é: por que Jesus afirma que os judeus eram escravos se eles são descendentes do Israel da aliança libertado da servidão egípcia e babilônica? A declaração de Cristo em João 8:34 não se refere a simplesmente cometer pecado, mas de viver na prática do pecado. A expressão “todo que comete pecado” traduz a frase grega *ho poiōn tēn hamartían* [aquele que faz o pecado], trata-se de um presente contínuo, ou seja, “aquele que vive no pecado” (Hendriksen, 2007a, p. 53). Em João 8:37, Jesus fala do pecado de homicídio, e afirma que a sua “Palavra” não estava nos judeus que queriam matá-lo. Por que aqueles judeus não tinham a Palavra de Deus neles?

O contexto dos evangelhos indica que os judeus tinham em diversos aspectos substituído a Palavra de Deus pela “tradição dos homens” (cf. Mc 7:1-9; Mt 15:1-20). A “tradição dos anciãos” (Mc 7:3), que para Jesus é a “tradição dos homens” (Mc 7:8), havia se tornado “um comentário autoritativo sobre o código escrito” (Elwell; Beitzel, 1988, p. 2093). Os rabinos “estudavam, interpretavam e ensinavam a Lei”, e seu ensino constituía uma tradição passada de “geração a geração” (Hendriksen, 2007b, p. 271). A tradição, nesse contexto, é o ensinamento sobre a Lei, mas não exatamente a própria Lei. Em muitos aspectos, essa tradição contrariava a Lei escrita e foi rejeitada por Cristo, como no caso do sábado, formas de obediência, pureza e regras de purificação (cf. Mt 12:1-11; 23; Mc 2:23-28; Lc 15:11-2; Jo 5:1-18). O dito de Cristo sobre a “tradição” em Marcos 7 indica que a palavra humana sobre a Palavra de Deus pode não corresponder exatamente à Palavra de Deus. Jesus não se opôs à tradição em si mesma, que algumas vezes é encorajada nas Escrituras (cf. 1Co 11:2; Gl 1:14; 2Ts 2:15), mas a interpretações humanas que não captavam o sentido da Palavra escrita e outras vezes eram contrárias a ela (Hendriksen, 2007b, p. 276).

Uma vez que aqueles judeus não tinham uma experiência individual e viva com a Palavra de Deus, senão com a “tradição dos homens”, não eram mais livres, mas permaneceriam na escravidão do pecado (Jo 8:31-34). Por isso, eles não podiam desfrutar um status permanente dentro da família de Deus, e foram então considerados por Cristo como “filhos do diabo” (Jo 8:44). Em contraste, ao entrarem em relacionamento de fé com a verdade corporificada em Jesus, eles receberiam o direito de se tornarem permanentes “filhos de Deus” (Jo 8:35; cf. 1:12).

Jesus declarou que, desde o princípio, Satanás foi assassino e nunca se firmou na “verdade” [*alētheia*, v. 44]. O diabo não somente mentiu, mas também é o pai



de toda mentira. Era lógico que aqueles que seguiam os caminhos perversos do diabo desprezariam, em vez de aceitar, o Messias e a “verdade”. Eles, portanto, rejeitavam, não um “conjunto de proposições abstratas, mas o próprio Jesus” (Köstenberger, 2005, p. 59).

De fato, no contexto dos evangelhos, o texto de João 8:32-47 indica que o comentário dos rabinos ou a explicação humana da Palavra de Deus pode não corresponder exatamente à Palavra de Deus. Essa questão é crucial para o entendimento da avaliação de Cristo sobre a atitude de crer e não crer na verdade, ter e não ter a Palavra de Deus. Jesus parece colocar em perspectiva a necessidade de um encontro ou experiência individual e contextualizada com a Verdade.

A VERDADE PERSONIFICADA EM JESUS: JOÃO 14:6

Em João 14, Jesus está para retornar ao Pai por meio do evento de sua morte e ressurreição. Ele afirma que os discípulos já sabem o “caminho” para estar com ele na companhia do Pai. Então, Tomé reage: “Não sabemos para onde vais, como saber o caminho?” (Jo 14:5).

A resposta de Jesus a Tomé é a mais profunda declaração “Eu sou” no evangelho de João (cf. Ridderbos, 1997, p. 493). Jesus não apenas identificou quem ele é, mas deixou claro que ele é o único “caminho” possível para Deus (14:6). A conjunção coordenativa grega *kai* [e], entre “caminho” e “verdade”, deve ser “epexeagética ou explicativa” (Brown, 1966, p. 621). Assim, o versículo pode ser traduzido como: “Eu sou o caminho, isto é, a verdade e a vida”. Além disso, a repetição do artigo definido, que é traduzido como “o”/“a”, aponta para o Filho como a encarnação da verdade absoluta. De fato, em Cristo, “Deus é mostrado em revelação”, ou seja, a “realidade de Deus é dada” aos homens por meio de Jesus (cf. Bultmann, 2006, p. 246).

De acordo com John Azumah (2007, p. 303-304), há três dimensões para a verdade: a “dimensão proposicional e cognitiva”; “a verdade como práxis”; e “a verdade como pessoa ou vida”, sendo esta a enfatizada por João. Jesus reivindicou exclusivamente “o fato de que ele combinou as três dimensões da verdade em si mesmo”. Suas palavras, ações e caráter mostram que ele é a personificação da verdade. Nesse caso, Jesus não é “uma verdade para ser somente acreditada, mas uma verdade para ser participada”.



Desta forma, João vê *alētheia* como a manifestação viva de Deus em Cristo, mas é também um conceito absoluto e, portanto, incompatível com relativismo, seja o grego antigo ou o atual. Esse conceito é profundamente cristocêntrico e único (Jo 14:6). A verdade como a manifestação divina em Jesus é um fenômeno intelectual e factual, mas ao mesmo tempo profundamente pessoal, relacional e ativo.

Em João 16:13, o Espírito-consolador é chamado também de “Espírito da verdade”. Por isso, Jesus afirma que o Espírito guiaria os discípulos, não “a toda a verdade” (ARA), pois eles já conheciam a “verdade”, mas os guiaria “em [gr. *’en tē*] toda a verdade” (BLH). O Espírito deveria desdobrar ainda mais a verdade incorporada no Logos divino-humano (cf. Bruce, 1987, p. 274).

Jesus ainda provê outro ponto crucial acerca da verdade, em João. Ele afirma que havia dado a Palavra” de Deus aos discípulos, pela qual eles são santificados, pois a “Palavra” é a “verdade” (Jo 17:14 e 17). Aqui ele declara sua completa afinidade e adesão à Palavra de Deus já dada por meio de Moisés e dos Profetas e agora “incorporada” nele mesmo (Hendriksen, 2007a, p. 361; cf. Sl 119:42, 142, 151, 160). De fato, as Escrituras e o Evangelho de Cristo são o padrão pelo qual todos os outros reivindicadores da verdade são avaliados por sua genuinidade e veracidade.

Embora o evangelho de João proclame Jesus como a “verdade” encarnada, a personificação do ensino verdadeiro, o próprio Jesus não fala de si mesmo senão a partir da Torá. Aos dois discípulos de Emaús ele, “começando por Moisés, percorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras” (Lc 24:27). No evangelho de João, encontramos cinco citações ao Pentateuco; 15 aos Salmos; nove a Isaías; três a Zacarias, uma a Miqueias, e três a Provérbios. Além disso, o Novo Testamento Grego (Aland *et al.*, 2014) lista 104 alusões e paralelos verbais ao AT somente no evangelho de João.

Portanto, Jesus como a personificação da verdade é o único capaz de trazer liberdade de fato. Essa liberdade espiritual que resulta da fé nele, já estava disponível aos israelitas e judeus. No entanto, eles tinham se acomodado ao falso sentimento de já terem a verdade e de serem livres. Não buscavam um conhecimento individual, progressivo e contextual da verdade, razão por que perderam a posse da verdade e crença nela. E perdendo isso, perderam a liberdade e a vida.



CONHECIMENTO PROGRESSIVO E CONTEXTUAL DA VERDADE

A partir do contexto dos evangelhos, e de João em particular, pode-se afirmar que o conhecimento individual e contextual da verdade é essencial à vida do povo de Deus em todos os tempos. O povo de Deus pode não permanecer livre, por não permanecer na Palavra (cf. Jo 8:31), se não tem a experiência diária e progressiva da verdade. Os judeus tinham a explicação dos rabis, mas essa explicação se converteu em mera tradição humana, destituída da virtude da Palavra viva de Deus.

Mais tarde, na história, as comunidades cristãs perderam a conexão com a verdade divina, que foi de fato “lançada por terra” (cf. Dn 8:12), por parte daqueles que pretendiam possuí-la e ensiná-la. Então veio a Reforma, que se ergueu exatamente com uma redescoberta, um reestudo da verdade das Escrituras e do evangelho de Cristo em particular. Nesse sentido, a experiência com a verdade das Escrituras precisa de um aprofundamento constante. A elaboração da verdade que falou aos pais pode não falar mais aos filhos. A elaboração da verdade que fala aos americanos e europeus pode não falar aos africanos e sul-americanos.

A mudança de contextos históricos e culturais demanda novas percepções, novas definições, novos vislumbres da verdade, ou das mesmas verdades. Cada cultura, cada povo, em cada tempo precisa de uma elaboração contextualizada da Verdade. Semelhantemente à natureza, a realidade do mundo físico que apresenta novos desafios, novas doenças constantemente e requer novas vacinas e medicamentos, a vida espiritual e cultural também enfrenta novos dilemas e desafios que requerem renovadas percepções e aprofundamento da verdade.

No campo da vivência da fé e da educação, a escritora adventista Ellen G. White (2025a, p. 33) afirma a necessidade do estudo e da descoberta pessoal da verdade nas Escrituras. Segundo ela, “os que entraram para a obra do ensino ou foram chamados para qualquer posição de responsabilidade, não devem se satisfazer com o produto das pesquisas de outras pessoas”; em vez disso, eles “devem pesquisar a verdade por si mesmos”. Ela completa: se essas pessoas “não formarem o hábito de estudar por si mesmas os temas da verdade, tornar-se-ão superficiais em sua vida e experiência”.



A história cristã, e do adventismo em particular, testemunha da necessidade de uma elaboração contextual da verdade em cada momento histórico. No contexto de 1844, os adventistas mileritas produziram um despertar com a redescoberta da mensagem da segunda vinda de Cristo (Knight, 2015). Os adventistas sabatistas produziram também uma reforma com a redescoberta do sábado e das três mensagens angélicas (Knight, 2005; Timm, 1999). Na década de 1880, Jones e Waggoner provocaram outra reforma com sua reelaboração da mensagem da justificação pela fé (Knight, 2004). O que essas pessoas alcançaram não foram exatamente novas verdades, pois todas já eram dadas, mas uma abordagem atualizada e um aprofundamento no conhecimento de antigas verdades. Mais próximos do tempo atual, a igreja adventista foi confrontada com profundos questionamentos sobre a doutrina do santuário (Ford, 1980). Houve uma acomodação sob o sentimento de posse dessa verdade, e a antiga elaboração já não atendia mais à expectativa das pessoas nesse novo contexto. Então uma renovada convicção surgiu com uma nova percepção desta mensagem.

Os eventos do mundo desafiam a compreensão da verdade. As novas gerações não se sentem satisfeitas com a forma das gerações passadas de compreender e viver a verdade. As culturas recém-convertidas ao cristianismo, por sua vez, precisam de perspectivas próprias acerca da verdade, pois a perspectiva dos missionários pode não se ajustar à realidade delas.

Por isso, Ellen G. White (2025c, p. 559) reitera a necessidade de cada membro do corpo de Cristo de compreender “por si mesmo o testemunho das Escrituras”. Essa realidade da dinâmica do conhecimento e da experiência da verdade parece estar sugerida no fato de Jesus afirmar que os judeus tinham trocado a Palavra de Deus pela tradição dos homens.

Israelitas, judeus e cristãos têm igualmente acesso à verdade divinamente revelada. No entanto, é próprio da natureza humana acomodar-se ao sentimento de ter a verdade e ser livre. E nisso, as pessoas não buscam o conhecimento progressivo da verdade, e a perdem, contentando-se com as já dadas explicações de outros.



ELLEN G. WHITE E O ESTATUTO DA VERDADE

Ellen G. White foi uma adventista convicta de que o povo remanescente de Deus tem a verdade revelada por Deus, ou uma compreensão atualizada das Escrituras. Ela viu o desenvolvimento da compreensão da verdade por parte dos pioneiros adventistas, mediante estudo detalhado e concentrado das Escrituras (White, 2025b, p. 10). No entanto, ela adverte contra a postura de comodidade e passividade em relação ao conhecimento progressivo da verdade.

Em 1889, ela foi bastante taxativa acerca da possibilidade e necessidade de uma experiência de aprofundamento e progressão com a verdade divinamente revelada. Ela escreveu:

Um espírito de farisaísmo tem influenciado o povo que diz crer na verdade para estes últimos dias. Estão satisfeitos consigo mesmos. Dizem: ‘Temos a verdade. Não há mais luz para o povo de Deus.’ Mas não estamos seguros quando tomamos a posição de que não aceitaremos nada mais além daquilo que temos estabelecido como a verdade. Devemos tomar a Bíblia e investigá-la cuidadosamente por nós mesmos. Devemos escavar as minas da Palavra de Deus em busca da verdade” (2025d, p. 24; *The Review and Herald*, 18/06/1889).

Com estas palavras, ela condena como “farisaísmo” o espírito de comodidade em relação à pesquisa e ao conhecimento progressivo da verdade. E deixa claro que novas percepções e novas dimensões da verdade podem ser alcançadas com o estudo, no passar do tempo.

Em 1890, ela escreveu: “É imperativo não pensar: ‘Bem, temos toda a verdade, compreendemos as principais colunas da nossa fé, e podemos descansar neste conhecimento.’ A verdade é progressiva, e precisamos andar em luz crescente” (2025d, p. 23; *The Review and Herald*, 25/03/1890). O que ela considera como “verdade progressiva” parece ser um desdobrar constante da Palavra de Deus, seja por meio de novas percepções de seu significado ou por novas revelações dadas através do dom profético.

Mais tarde, em 1892, ela tocou nessa temática novamente:

Ninguém deve chegar à conclusão de que não há mais verdades a serem reveladas. O que busca a verdade com diligência e oração encontrará preciosos raios de luz que ainda hão de brilhar da Palavra de Deus. Ainda se acham dispersas muitas gemas que devem ser reunidas para tornar-se propriedade do povo remanescente de Deus (White, 2025d, p. 24).



Ellen G. White afirma ainda que “o fato de certas doutrinas terem sido consideradas como a verdade por muitos anos” não é uma prova de que tais ideias sejam “infalíveis”. De fato, diz ela, “a idade não transforma o erro em verdade, e ela pode ser reexaminada”. Além disso, ela defende, “nenhuma verdadeira doutrina terá algo a perder pela cuidadosa investigação” (2025d, p. 24; *The Review and Herald*, 20/12/1892).

Do ponto de vista das ciências da linguagem religiosa e da teologia, Paulo Nogueira (2012, p. 24 e 30) também defende que os textos sagrados da fé cristã, particularmente as Escrituras, são um tesouro inesgotável de verdade. Segundo ele, o potencial inerente aos textos bíblicos “provém de sua codificação híbrida e complexa, de sua estrutura dialógica e de seu potencial de memória”. Devido a essa característica literária, o “sentido pleno” desses textos revelados ainda está por ser descoberto, em diferentes contextos, à medida que os leitores se distanciam da origem dos textos.

Ellen G. White defende ainda que o sentimento de comodidade no conhecimento da verdade se expressa como “conservadorismo”, entendido aqui não como a atitude de conservar a verdade, mas de defender a verdade como um dogma estático. Ela afirma: “Sempre que o povo de Deus estiver crescendo em graça, obterá constantemente compreensão mais clara de sua Palavra. Há que distinguir mais luz e beleza em suas sagradas verdades”. Pois, uma vez que “as pessoas ficam satisfeitas com a luz já recebida da Palavra de Deus, e desistem de qualquer posterior estudo das Escrituras [...] tornam-se conservadoras, e procuram evitar novo exame” (2025d, p. 26). O que para muitas pessoas parece ser um problema, o surgimento de questionamentos e indagações, não foi visto assim por Ellen G. White. Ela, de fato, defende que, “quando não surgem novas questões em resultado de análise das Escrituras, quando não aparecem divergências de opinião que instiguem os homens a examinar a Bíblia por si mesmos, para se certificarem de que possuem a verdade”, as pessoas agem como os antigos judeus, apegando-se “às tradições” (White, 2025d, p. 26), retomando a visão de Cristo (cf. Mc 7:8). Além disso, ela também defendia a necessidade de liberdade para contínuo exame da Palavra de Deus. “A fim de que todos saibam por si mesmos o que é a verdade, deve haver liberdade para franca pesquisa”, pois a fim de tornar evidente “a luz que Deus deseja dar a seu povo” deve haver “diligente exame da Palavra da verdade” (White, 2025a, 27).



Por fim, Ellen G. White se mostrava aberta não só a novos vislumbres das verdades já conhecidas, mas também a verdades novas. Em 1894, ela escreveu:

Que temos a verdade é um fato, e devemos manter firmemente as posições que não podem ser abaladas; mas não devemos olhar com suspeita sobre qualquer nova luz que Deus possa enviar, dizendo: “Não vemos nenhuma necessidade de mais luz além da antiga verdade que recebemos até aqui e sobre a qual estamos firmados (2025d, p. 23; *The Review and Herald*, 07/08/1894).

Desta forma, Ellen G. White, reconhecida como profetisa e mensageira pelos adventistas, mantinha uma visão moderna, no sentido da abertura e da defesa da necessidade e da liberdade no estudo das Escrituras em busca da verdade divinamente revelada. Ao falar da verdade como uma dádiva divina progressiva, ela enfatizava a dimensão inesgotável da Palavra de Deus, e a realidade de que cada novo contexto e nova geração pode e deve alcançar uma experiência individual da verdade bíblica.

Essa experiência individual e contextualizada com a verdade protege o povo de Deus do relativismo bem como do espírito de comodidade e da tendência de contentar-se com as explicações humanas e mesmo com as “tradições” em vez de buscar uma viva experiência com a Palavra de Deus. Desta forma, pode-se afirmar que a vida do povo de Deus não é uma caminhada para o conhecimento da verdade. É uma caminhada no conhecimento e através do conhecimento da verdade.

CONCLUSÃO

No contexto da discussão sobre a verdade, as instituições de pesquisa exercem um papel crucial. Como instituição de pesquisa e divulgação do conhecimento, a Universidade lida com a origem, método e descoberta do conhecimento. Parte da premissa de que o mundo dado aos nossos sentidos precisa ser examinado, desvendado e compreendido. Cada tempo traz novas necessidades de aquisição e emprego do conhecimento.

Os grandes movimentos cristãos ao longo da história nasceram através da busca do conhecimento da verdade das Escrituras. Estudo, leitura, exame, reflexão, debate, discussão, em nível pessoal e coletivo, fazem parte da gênese e desenvolvimento da fé cristã.



A igreja adventista tem 116 instituições universitárias no mundo. O que torna uma instituição de ensino uma Universidade? Não é a sua capacidade de obter e transmitir o conhecimento. Não é o ofício de formar técnicos e treinar profissionais. Não é a formação de mão de obra para o trabalho. O projeto da Universidade é investigar a realidade empírica, aquela dada aos nossos sentidos, aplicar leis e teorias, levantar hipóteses, obter dados, analisar esses dados e produzir conhecimento científico por si mesma. Produzido conhecimento sobre o mundo e a vida, a Universidade ainda precisa divulgar e popularizar esse saber para a melhora da qualidade da vida.

A universidade confessional encabeça e lidera o projeto da produção de conhecimento sobre a realidade e a verdade revelada. A comunidade do povo de Deus tem as Escrituras, mas o saber sobre as Escrituras precisa de constante reavaliação, ampliação e aprofundamento. As comunidades cristãs são compostas de pessoas de diversas culturas e experiências de vida, e tais comunidades precisam de permanente exame e reexame para que possam aperfeiçoar seus métodos de ensino e assistência espiritual. As comunidades cristãs têm uma missão, que precisa de constante estudo e reestudo para que sejam eficazes em alcançar novas populações e novas culturas com a mensagem do evangelho.

O documento sagrado da revelação divina precisa ser estudado, examinado e escrutinado numa tarefa permanente e sem interrupção, aberto a novas descobertas constantemente. A realidade da vida da igreja é um universo de experiências que precisam de constante exame e análise para aperfeiçoamento e racionalização. Ignorar a necessidade do estudo constante e da análise permanente das Escrituras e do universo da vida das comunidades de fé é correr o risco de se fossilizar sob o peso de tradições e práticas do passado.

O projeto da Universidade confessional é liderar a busca do conhecimento crescente das Escrituras e da vida das comunidades de fé e prover para a sociedade o saber comprovado, certificado e contextualizado da verdade.

REFERÊNCIAS

ALAND, B. *et al.* (eds.). **The Greek New Testament: The Standard Edition for Translators and Students**. 5. ed. rev. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2014. p. 864-883.



- AZUMAH, J. Following Jesus as unique Lord and Savior in a broken pluralistic world. **Evangelical Review of Theology**, v. 31, n. 4, p. 294-305, 2007.
- BORGEN, P. **Logos was the true light and other essays on the Gospel of John**. Trondheim: Tapir Publishers, 1983.
- BROWN, R. E. **The Gospel according to John**. New York: Doubleday, 1966.
- BRUCE, F. F. **João: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1983.
- BUCHANAN, J. M. **Degree of tolerance**. *The Christian Century*, v. 125, n. 15, p. 1-15, 2008.
- BULTMANN, R. *ἀλήθεια...* In: KITTEL, G.; FRIEDRICH, G. (eds.). **Theological Dictionary of the New Testament**. v. 1. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2006. p. 237-238.
- BULTMANN, R. **The Gospel of John: A Commentary**. Trad. G. R. Beasley-Murray *et al.* Philadelphia: Westminster, 1976.
- DORNELES, V. “Eu e o mundo somos um”: a visão pentecostal sobre Deus, o humano e o mundo. **Plura: Revista de Estudos de Religião**, v. 15, n. 2, p. 240-265, 2024.
- ELWELL, W. A.; BEITZEL, B. J. Tradition. In: **Baker Encyclopedia of the Bible**. Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1988.
- FORD, D. **Daniel 8:14, the Day of Atonement, and the Investigative Judgment**. Casselberry, FL: Euangelion Press, 1980.
- GOLDINGAY, J. **Old Testament Theology: Israel’s Life**. v. 3. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2009.
- HENDRIKSEN, W. John: **Exposition of the Gospel according to John**. New Testament Commentary. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2007a.
- HENDRIKSEN, W. Mark: **Exposition of the Gospel according to Mark**. New Testament Commentary. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2007b.
- HÜBNER, H. *alētheia*. In: BALZ, H. B.; SCHNEIDER, G. (eds.). **Exegetical Dictionary of the New Testament**. v. 1. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1990. p. 57-60.
- KEENER, C. S. **The gospel of John: a commentary**. Peabody: Hendrickson, 2003.
- KNIGHT, G. **Adventismo: origem e impacto do movimento milerita**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015.
- KNIGHT, G. R. **A mensagem de 1888**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004.
- KNIGHT, G. R. **Em Busca de Identidade**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2005.
- KÖSTENBERGER, A. J. “What is truth?” Pilate’s question in its Johannine and larger biblical context. **Journal of the Evangelical Theological Society**, v. 48, n. 1, p. 33-62, 2005.
- MCCAULLEY, E. Freedom. In: MANGUM, D. *et al.* (eds.). **Lexham Theological Wordbook**. Lexham Bible Reference Series. Bellingham, WA: Lexham Press, 2014.



MILNE, B. **The message of John: Here is your king!** Leicester; Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1993.

NOGUEIRA, P. Hermenêutica da recepção: textos híbridos nas fronteiras da cultura e no longo tempo. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 42, p. 15-31, 2012.

QUELL, G. *ἀλήθεια...* In: KITTEL, G.; FRIEDRICH, G. (eds.). **Theological Dictionary of the New Testament**. v. 1. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2006. p. 232-237.

RIDDERBOS, H. **The Gospel according to John: a theological commentary**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1997.

SMITH, D. M. **The theology of the Gospel of John**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

STILES, S. J. Halakah. In: BARRY, J. D. *et al.* (eds.). **The Lexham Bible Dictionary**. Bellingham, WA: Lexham Press, 2016.

TIMM, A. R. **O santuário e as três mensagens angélicas**. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 1999.

THISELTON, A. C. Truth. In: BROWN, C. (ed.). **The New International Dictionary of New Testament Theology**. v. 3. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1986. p. 874-902.

VANHOOZER, K. (ed.). **Cambridge Companion to Postmodern Theology**. New York: Cambridge, 2003.

WESSEL, W. W. Mark. In: **The Expositor's Bible Commentary**. v. 8. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1987.

WHITE, E. G. **Conselhos sobre a Escola Sabatina**. Disponível em: <https://egwwritings.org>. Acesso em: 3 jul. 2025a.

WHITE, E. G. **Cristo em seu Santuário**. Disponível em: <https://egwwritings.org>. Acesso em: 3 jul. 2025b.

WHITE, E. G. **O Grande Conflito**. Disponível em: <https://egwwritings.org>. Acesso em: 3 jul. 2025c.

WHITE, E. G. **O outro poder: conselho aos escritores e editores**. Disponível em: <https://egwwritings.org>. Acesso em: 3 jul. 2025d.

WYLEN, S. M. **The Jews in the Time of Jesus: an Introduction**. Mahwah, NJ: Paulist Press, 1996.